

Apesar de tudo, o Brasil poderá receber dinheiro novo.

Os principais bancos comerciais potencialmente poderiam sofrer grandes depreciações se aceitassem uma parte-chave da proposta apresentada sexta-feira pelo Brasil com relação à enorme dívida deste país, declararam especialistas em questões contábeis durante o fim de semana.

Na comunidade bancária internacional, neste meio-tempo, a reação inicial à proposta genérica brasileira foi apenas morna. Os credores indicaram que provavelmente irão emprestar bilhões de dólares em dinheiro novo ao Brasil, mas apenas para evitar uma crise ainda maior que ocorreria como consequência da inadimplência.

Analistas da dívida, citando uma crescente cisma entre os grandes bancos norte-americanos e os bancos europeus, disseram ver poucas probabilidades para uma resolução rápida à moratória brasileira dos juros, imposta unilateralmente em fevereiro. Como resultado, poderão passar-se meses antes que os juros completos comecem a ser pagos novamente aos bancos, se bem que os brasileiros poderão efetuar um pagamento simbólico antes disto.

Um acordo completo não está próximo disse Christine Bindert, vice-presidente sênior da Shearson-Lehman Brothers Inc.,

uma das maiores autoridades em questão da dívida.

A proposta brasileira, que os banqueiros receberam numa sessão privada aqui na sexta-feira, antes da abertura das reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, consiste essencialmente em três elementos. Em primeiro lugar, o Brasil está procurando conseguir 10,4 bilhões de dólares em dinheiro novo para ajudar a pagar os juros vencidos deste ano e os juros de 1988 e 1989. Em segundo lugar, o Brasil quer que os banqueiros eliminem o **spread**, sobre aproximadamente 68 bilhões da dívida brasileira junto aos bancos comerciais. E, em terceiro lugar, o Brasil quer que os bancos troquem, voluntariamente, uma parte de seus empréstimos por títulos públicos cujo valor nominal seria igual ao das dívidas.

É justamente este terceiro elemento que poderá forçar os bancos a aceitarem grandes depreciações. Nos termos das regras contábeis norte-americanas, uma decisão teria de ser tomada para resolver se os bancos meramente reestruturariam seus empréstimos ou se eles seriam trocados por um bem completamente diferente.

Se os especialistas contábeis conclui-

rem que ocorreu uma troca, "os novos títulos teriam de ser avaliados segundo o seu valor justo no mercado, e os bancos teriam de reconhecer um prejuízo", disse Norman Strauss, sócio responsável pela técnica contábil na Ernst & Winney, empresa contábil internacional. O motivo disto é que os títulos provavelmente teriam um valor no mercado aproximadamente igual aos dos empréstimos. No entanto, os empréstimos estão sendo comercializados a aproximadamente 60% do seu valor nominal, de maneira que o valor dos títulos teria de ser depreciado 60%.

Ocorrendo num momento em que a equidade dos acionistas comuns dos bancos já foi seriamente esgotada pela decisão de se montar reservas equivalentes a 30% da **exposure** na América Latina, o conceito de uma troca de empréstimo por títulos seria difícil de ser aceita por muitos bancos. E apesar de os banqueiros terem dito que necessitam de tempo para considerar os demais elementos da proposta brasileira, eles deixaram claro que, embora provavelmente forneçam o dinheiro novo, eles o farão a contragosto.

Eric N. Berg